

# DESIGUALDADES PÓS-COLONIAIS NO PROCESSO DE DESDEMOCRATIZAÇÃO GLOBAL: A AUSÊNCIA DO SUL NO DEBATE SOBRE A CRISE DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS\*

*Luciana Ballestrin*

Universidade Federal de Pelotas

**Resumo:** Pelo menos de 2016, o diagnóstico da crise das democracias liberais tem sido difundido no debate acadêmico e público, principalmente após a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais do Estados Unidos e o referendo pela saída do Reino Unido da União Europeia. A característica apontada pela literatura especializada como distintiva da crise atual em relação a outros momentos históricos do século XX, diz respeito ao meio através do qual as democracias retrocedem, isto é, um meio aparentemente democrático – institucional, procedimental e legal –, com a participação de representantes, elites e/ou instituições parlamentares, jurídicas e judiciais. Igualmente notável tem sido expressivo apoio popular a propostas e discursos antidemocráticos no contexto de radicalização e crescimento da extrema-direita. O presente artigo questiona a ausência do Sul global nesse debate contemporâneo, demonstrando um enquadramento anglo-eurocêntrico que ignora a relevância das experiências atuais de ruptura das democracias fora do eixo exemplar. Posteriormente, argumenta-se pela importância da incorporação da dimensão da globalidade e das desigualdades pós-coloniais para analisar os processos de desdemocratização em geral e no Sul global em particular. Ao partir da tensão entre pós-colonialismo e democracia, a última seção indica a possibilidade de trabalhar as teorias pós-colonial e democrática em chave complementar também em um sentido normativo.

**Palavras-chave:** Crise das democracias liberais, globalidade, desigualdades pós-coloniais, desdemocratização, Sul global.

**Abstract:** The crisis of liberal democracy has diffused in academic and public debate mainly after the election of Donald Trump and the Brexit victory in 2016. The specialized literature highlights the legal and democratic way through the democracies “die” nowadays, in contrast with the experiences of rupture. In such setting, elected representatives and political elites as well judicial and parliamentary institutions take a central role in the new democratic ruptures. At same time, antidemocratic discourses and proposes increasing by the radicalization of the right wing receive popular support many times. This article questions the absence of the global South in the contemporary discussion about democratic decline, revealing by an anglo-eurocentric framing that ignore the impact and weight of theirs democratic falls to a global understanding. Posteriorly, the article argues for the relevance to considerate the globality

---

\* Este artigo foi publicado originalmente em alemão no Volume 12 da *Zeitschrift für Politische Theorie*. Agradeço aos editores da *Revista Dissertatio* pela possibilidade de edição do artigo em versão portuguesa, revisada e atualizada.

postcolonial inequalities in the analyses of dedemocratization process, particularly in the postcolonial societies. The last section of the article explores the tension between postcolonialism and democracy just as the complementary potential of both theories to political and normative approaches.

**Keywords:** Liberal crisis democracy, globality, postcolonial inequalities, dedemocratization, global South.

## Introdução

Especialmente a partir de 2016, o diagnóstico da crise das democracias liberais tem sido cada vez mais difundido quantitativa e qualitativamente, tornando-se uma preocupação indispensável para seus defensores e estudiosos. Ainda que as fragilidades dos regimes democráticos liberais sejam sinalizadas pelas mais variadas vertentes da ciência, teoria e filosofia política desde a segunda metade dos anos 1990, foi recentemente que a diminuição do número de democracias ao redor do mundo passou a ser demonstrada como tendência crescente<sup>1</sup>, tendo a eleição do empresário bilionário Donald Trump em 2016 nos Estados Unidos realizado uma inflexão disruptiva na narrativa democrática hegemônica ocidental desde o final da Guerra Fria.

A importância pública e acadêmica desse debate reside não somente em compreender as novas formas de autoritarismo gestadas no seio das democracias liberais – algo como a morte democrática das democracias –, mas também sua conexão com um conjunto de outras crises não exclusivamente políticas (FRASER, 2022) e que relativizam a importância da vida humana, não humana e ambiental. A tragédia humanitária provocada pela pandemia do Coronavírus aprofundou aquelas que já estavam em curso na sociedade global: política, econômica, migratória, sanitária, ambiental, climática e epistêmica. A magnitude, a extensão e o encontro de tantas crises geram a sensação de um mundo apocalíptico, brutalizado, distópico e agora também pós-pandêmico – a indústria cultural na era digital é repleta de produtos que representam este mal-estar de fim de mundo (KRENAK, 2019).

Em um sentido simbólico ou real, a problematização da morte se tornou um elemento importante para pensar a política e a necropolítica no século XXI (BUTLER, 2020; MBEMBE, 2017). No que compete à crise

---

<sup>1</sup> Neste sentido, a tendência à autocratização dos regimes políticos em nível global tem sido atestada em diferentes relatórios anuais publicados pela *Freedom House*, *The Economist*, *V-Dem Institute*, entre outras organizações. De acordo com o relatório de 2022 do *V-Dem Institute*, 70% da população mundial foi governada por autocracias naquele ano (V-DEM, 2022).

democrática, o crescimento da extrema direita global recolocou a palavra fascismo no vocabulário cotidiano (STANLEY, 2018; TRAVERSO, 2019; MUDDE, 2021), sendo essa força ideológica responsável pela politização elogiosa da brutalidade e crueldade naquilo que, em um sentido habermasiano, costumava se chamar de esfera pública. Assim, a metáfora da morte das democracias pode ser utilizada em um sentido mais profundo e menos paroquial do que aquele sugerido por Levitsky & Ziblatt (2018), constituindo-se em um fenômeno cada vez menos exclusivo aos países do Sul global<sup>2</sup>. Porém, não obstante a globalidade da crise e os exemplos radicais de ruptura democrática vindos do Sul, suas principais interpretações e análises partem e se concentram desde o eixo do Atlântico Norte.

No contexto dos processos de desdemocratização desde o Sul, o Brasil pode ser considerado um caso paradigmático em relação ao processo de ruptura democrática e ao comportamento governamental diante da pandemia. Atravessando uma profunda crise política, cujos primeiros sinais foram emitidos em Junho de 2013 (MACHADO et al., 2022), o país ultrapassou setecentos mil óbitos por COVID-19, ocupando o segundo lugar no *ranking* mundial de mortes após os Estados Unidos. A gestão do combate à pandemia no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), liderança da extrema direita brasileira, fundamentou denúncias por crimes contra a humanidade e genocídio no Tribunal Penal Internacional (TPI) e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Motivado pelo conjunto de transformações que passaram a questionar o discurso hegemônico da consolidação democrática liberal expandido desde a década de 1990, nacional e internacionalmente, o presente artigo problematiza a ausência do Sul global em parte significativa da literatura contemporânea dedicada à crise das democracias liberais, observando que este tipo de omissão impacta diretamente no entendimento e na compreensão da crise democrática atual, assim como limita a discussão normativa acerca dos modelos e teorias da democracia. De modo propositivo, a segunda seção advoga pela importância analítica da incorporação das desigualdades globais em chave pós-colonial nos estudos comparados sobre performance democrática – área tradicional da Ciência Política –, enquanto a última enfatiza

---

<sup>2</sup> No âmbito desse texto, a ideia de Sul global mobilizada é a da representação dos países com um passado colonial compartilhado na condição de colonizado; economias vulneráveis e dependentes pela inserção no sistema-mundo moderno/colonial e injustiças estruturais irreparáveis pelos diferentes tipos de violência colonial (DADOS; CONNELL, 2012).

a importância do enquadramento democrático e não violento no repertório descolonizador.

O texto foi organizado em três seções principais, cuja articulação se dá pela leitura que busca combinar uma leitura pós-colonial e democrática para a elaboração de um argumento analítico e outro normativo de intervenção no debate sobre a crise. Na primeira, discute-se aspectos referentes à literatura contemporânea sobre a crise das democracias liberais, destacando a ausência do Sul global neste diagnóstico, a importância de incorporá-lo nesta agenda e o potencial analítico do conceito de desdemocratização para tal tarefa. Em um segundo momento, defende-se que a consideração das desigualdades pós-coloniais no Sul fornece aspectos críticos à análise das democracias desde uma perspectiva realmente global, utilizando a América Latina como referencial de contrapartida para provocar a geopolitização do debate. Por fim, a última seção, explora a difícil relação entre pós-colonialismo e democracia, a qual não raro projeta a desconfiança do primeiro em relação à segunda. Contudo, a proposta desse exercício é a de demonstrar que a aproximação entre os princípios normativos da descolonização e da democracia pode contribuir para uma atualização das teorias pós-colonial e democrática, no contexto de crise hegemônica da democracia liberal (BALLESTRIN, 2018) e do capitalismo neoliberal (FRASER, 2022).

### **O debate atual sobre a crise das democracias liberais: limitações do anglo-eurocentrismo analítico**

Críticas à democracia liberal ocorrem à direita e à esquerda do espectro político desde quando seu projeto começou a se tornar hegemônico mundialmente após o final da Guerra Fria. Ainda assim, foi notável o entusiasmo compartilhado pela comunidade acadêmica, política e internacional com a transição e consolidação de regimes democráticos em diversos países do mundo. Na década de 1990, juntamente com a intensificação da globalização e do neoliberalismo, também se observou um círculo virtuoso de democratização, no qual a participação da sociedade civil e a ampliação da gramática por direitos eram estimuladas mutuamente nas esferas públicas nacionais e global. Projetos de democracia global e cosmopolita eram encorajados para compensar o *déficit* democrático do sistema internacional. Esta narrativa, porém, encontra-se cada vez mais distante do presente.

Diferentes expressões e conceitos têm sido criados para capturar a crise atual das democracias liberais: pós-democracia<sup>3</sup>; recessão e desconsolidação democrática; desdemocratização (DIAMOND, 2015; BROWN, 2015; MOUNK, 2019; PRZEWORSKI, 2020). Nos termos de Huntington (1994), essa poderia ainda ser caracterizada como a terceira onda reversa de democratização. A ideia de “grande regressão” também foi utilizada para descrever o conteúdo reacionário da crise ao neoliberalismo progressista (PORTA, 2019; FRASER, 2019). Já a disjunção entre democracia e liberalismo foi captada pelo conceito de democracia iliberal, liberalismo autoritário e liberalismo antidemocrático (BROWN, 2019; MOUNK, 2019). A combinação entre neoliberalismo e neoconservadorismo, assim como seus possíveis encontros com lógicas fascistas e militarizadas, também são observadas em diferentes processos de autocratização e desdemocratização. Além disso, a crescente privatização internacional do poder pelas autoridades econômicas e o descontrole público sobre as mesmas evidencia a ausência da democracia liberal nos próprios regimes de governança global (BALLESTRIN, 2017). A conjuntura pós-democrática inclui ainda a autorização pública da ascensão de discursos autoritários, antidemocráticos e anti-humanistas, com apelo e adesão popular/populista (BALLESTRIN, 2018).

O caso brasileiro apresentou muitas manifestações comuns àquelas apontadas pela literatura internacional de filiação liberal ou crítica: a utilização das instituições democráticas para propósitos antidemocráticos<sup>4</sup>; o aumento da desconfiança política e da polarização social; o protagonismo das novas direitas, sua radicalização e representação populista no cenário da erosão democrática; o avanço da violência política, incluindo a violência política de gênero; a combinação entre conservadorismo, moralismo e neoliberalismo; o retrocesso de direitos civis, políticos e sociais; a difusão do negacionismo histórico e científico; os ataques às liberdades acadêmica, artística e jornalística;

---

<sup>3</sup> O termo apareceu pela primeira vez em Jacques Rancière, mas foi com o trabalho de Crouch publicado em 2004 que o termo ganhou maior visibilidade. É, portanto, um conceito anterior ao debate mais recente sobre a crise democrática, sendo fortemente informado pelo contexto europeu e, em parte, pelo debate pós-estruturalista correlato – pós-política, pós-ideologia, pós-fascismo, etc. Para uma revisão desse debate ver Ballestrin (2018).

<sup>4</sup> A deflagração da Operação Lava Jato em 2014 dedicada ao combate à corrupção; a contestação dos resultados eleitorais do pleito presidencial de 2014 que deu a vitória pela segunda vez à ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) pelo seu principal partido opositor, o PSDB; seu processo de *impeachment* em 2016, sob justificativa refutável e controversa, o qual também foi entendido como um “golpe parlamentar” por diferentes segmentos sociais e políticos; a prisão política do candidato favorito para a disputa presidencial em 2018, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), meses antes do pleito; a campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro (à época PSL) e sua eleição naquele mesmo ano são alguns dos exemplos de participação de atores e instituições democráticas no processo de desdemocratização brasileiro.

a censura e a perseguição ideológica contra determinados adversários políticos, especialmente os de esquerda.

Não por acaso, muitas publicações em língua inglesa foram rapidamente traduzidas no país, algumas em tom de alerta e com prefácios dedicados à edição brasileira (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018; CASTELLS, 2018; RUNCIMAN, 2018; STANLEY, 2018; MOUNK, 2019; BROWN, 2019; GEISELBERGER, 2019; PRZEWORSKI, 2020). Paralelamente, interpretações autorias já tem se acumulado no âmbito da ciência política nacional (SANTOS, 2017; AVRITZER, 2019; MIGUEL, 2022). Contudo, mesmo que o caso brasileiro seja exemplar e representativo da crise das democracias liberais, ele não foi assim entendido e considerado até o momento pela literatura internacional dedicada ao tema.

Observa-se que na grande maioria das análises recentes, as democracias liberais dos Estados Unidos e da Europa Ocidental são privilegiadas. Esta constatação que muitas vezes também pode ser aplicada à própria literatura de filiação crítica, possui impactos no diagnóstico e no prognóstico para o enfrentamento da crise. Além disso, evidencia um anglo-eurocentrismo prejudicial para uma compreensão mais representativa do fenômeno. Em suma, se a crise é global e abrange democracias longevas e recentes, a busca de variáveis comuns não pode privilegiar poucos contextos nacionais, cujas características não são generalizáveis.

A dimensão da globalidade impõe novos desafios à metodologia comparada em nível internacional para o estudo da política e da democracia, muito embora a crise também tenha gerado impulsos pela desglobalização e desintegração regional. Embora existam dinâmicas, lógicas e processos com padrões de reprodução globais, a história das democracias em países não centrais ou pós-coloniais está submetida a um conjunto de condições ausentes nos contextos produtores das teorias com intenção de longo alcance explicativo. A globalização, contudo, contribuiu para que fenômenos nacionais possam influenciar uns aos outros mais rapidamente. Essa influência não é exatamente uma novidade do processo de globalização, ainda que ele intensifique interações transnacionais capazes de produzir fenômenos semelhantes em lugares diferentes, simultaneamente.

Sabe-se que, no entanto, a globalização reconfigurou múltiplos aspectos da vida social em geral e da política em particular, impactando na sua teorização contemporânea. O “*global turn*” realizado pela teoria política desde os anos 1990 foi estimulado pela transnacionalização do campo político como um todo (DRYZEK et. al. 2006, p. 23) e pela emergência da área *global studies*. A preocupação com a ampliação da escala nacional para a global implicou em

reorientações teóricas e reformulações de conceitos descritivos e normativos. Questões de justiça e democracia passaram a ser trabalhadas por liberais e também por seus críticos na recuperação e ressignificação do princípio cosmopolita.

Da perspectiva desse trabalho, acredita-se no potencial interpretativo do entendimento da teoria pós-colonial como teoria política e o estudo da teoria política como diálogo global (WHITE; MOON, 2004), no que se refere à necessidade de superação do nacionalismo metodológico frente às dinâmicas transnacionais (AMELINA et. al., 2021; BOATCĂ, 2022). Isso não quer dizer que se almeje uma teoria política global, mas sim uma teoria política do global ou uma globalização da teoria política construída também com a participação e a representação do Sul. A implicação metodológica de tal estratégia permite problematizar a universalidade das teorias de longo alcance, a representação dos países não produtores dessas teorias e o condicionamento nacional da grande maioria das categorias vigentes nas ciências sociais. Ainda, no tocante às questões teóricas, políticas e normativas, essa chave de leitura possibilita trabalhar o pós-colonialismo como teoria política. Aqui, recupera-se não somente o aspecto da politização da teoria política, como também se afirma o caráter eminentemente político do pós-colonialismo em suas diversas manifestações teóricas (PERSRAM, 2008). Acredita-se que o direcionamento desse olhar para o estudo da democracia como fenômeno empírico, teorização crítica e fortalecimento normativo, permitiria o reconhecimento e estimularia a consideração de outras variáveis e dimensões pouco trabalhadas na literatura de um modo geral.

Ao longo do século XX, os ciclos favoráveis e desfavoráveis à democracia foram pensados em termos de ondas de democratização e ondas reversas ou desdemocratização (HUNTINGTON, 1994; TILLY, 2013). A pretensão universalista da política comparada internacional tende a sacrificar particularidades regionais, nacionais e locais, em nome da generalização de padrões explicativos. Com o aumento do número de democracias na sociedade internacional de Estados nacionais, principalmente após a descolonização e a democratização do Terceiro Mundo, o eurocentrismo conceitual e etnocentrismo metodológico passaram a ser problematizados (cf. BADIE; HEMET, 1993). Mas, apesar das tentativas de superação da sociologia da modernização dos anos 1950 e da cultura cívica dos anos 1960 nas pesquisas mais recentes sobre consolidação e qualidade da democracia, uma confluência atualizada de ambas as versões pode ser encontrada na teoria pós-materialista de Inglehart e Welzel (2009).

Em outras palavras, pouca atenção é dada às diferentes dinâmicas contextuais e interativas, em sentido regional e histórico, entre diferentes modelos de formação democrática. A relação entre esses modelos e os impactos do passado colonial em seu desenvolvimento é raramente proposto. Sabe-se que a comparação entre regimes democráticos modelares e “desviantes” pode se tornar inválida, dado o conjunto ou a intensidade da diferença entre as unidades a serem analisadas. Não é exatamente o que está se sugerindo aqui, ou seja, trata-se menos de buscar a comparação de realidades profundamente díspares e mais de pensar possíveis entrelaçamentos, conexões e interações.

No presente momento, muitas interpretações da crise estão sendo elaboradas, assim como a delimitação de suas causas e desafios de superação. A crise pode ser explicada através de elementos endógenos ao campo político e à sua ciência principal, a ciência política. Pode também ser compreendida através de elementos extra políticos e extra institucionais, considerando outras disciplinas para a construção de uma análise mais ampla e multidimensional. Pouco possivelmente o isolamento de uma área, dimensão ou variável conseguirá explicar sozinhas as causas da crise.

Pode-se imaginar variáveis independentes – institucionais e culturais – intrínsecas à própria democracia: a crise da representação política, a desconfiança política, o descrédito nos partidos políticos, a rejeição à própria ideia de política (antipolítica) e a perda do Estado nacional como principal referência territorial para o exercício democrático, sem uma substituição correspondente (BALLESTRIN, 2017). Poder-se-ia, ainda, considerar como variáveis independentes extrínsecas os impactos do capitalismo financeiro, globalizado e neoliberal no funcionamento das sociedades democráticas em diversos aspectos (FRASER, 2022). Provavelmente, vários outros elementos poderiam ser cogitados e ainda assim as possibilidades não seriam esgotadas. Dessa forma, a pluralidade de leituras auxilia no entendimento deste momento histórico especialmente delicado para a política democrática.

Estabelecer padrões de democratização e desdemocratização para o Sul e o Norte global não é necessariamente desejável, produtivo ou operacional. Isso porque ambas as categorias são internamente bastante heterogêneas e não funcionam somente para descrever países. Contudo, o conceito de desdemocratização é particularmente promissor para incorporar as democracias do Sul global na análise da crise democrática atual. A noção de desdemocratização sugere de imediato a noção de um processo, oposto ao de democratização. Ou seja, a democracias não colapsam abruptamente; pelo contrário, é no contexto democrático que as condições para sua subversão

podem ser construídas, gradualmente, sob a vigência da própria institucionalidade democrática (PRZEWORSKI, 2020). A noção de gradualismo pode sugerir a existência de etapas, mas a construção dessas etapas ainda não foi empreendida e direcionada para as rupturas democráticas contemporâneas.

As principais teorias da democratização, desenvolvidas nos anos 1980, concentraram-se principalmente nas condições para abertura e transição para a democracia política (O'DONNELL; SCHMITTER, 2010). Naquele contexto, as variáveis institucionais foram privilegiadas, principalmente, liberalização e inclusividade, os dois eixos constituintes das democracias pluralistas liberais (DAHL, 1997). As variáveis culturais e associativas não foram igualmente consideradas, tendo sido privilegiada a análise dos aspectos minimalistas e procedimentais (HUNTINGTON, 1994; AVRITZER, 1996). A literatura sobre transição dos anos 1980, consolidação dos anos 1990 e qualidade da democracia dos anos 2000 é representativa da hegemonia que a democracia em termos poliárquicos usufruiu em um período de quase três décadas, o maior da história da humanidade (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 195).

Na literatura internacional da ciência política, mencionou-se que um dos primeiros diagnósticos que detectaram quantitativamente a recessão democrática e a ascensão do autoritarismo foi o de Diamond (2015), que se valeu do tendencioso índice liberal da *Freedom House* (cf. MAINWARING et. al., 2001) muitas vezes em seu artigo. A exploração em profundidade das causas do recuo das democracias liberais, tendência observada pelo menos desde 2006 segundo o autor, é típica limitação da metodologia comparada quantitativa em nível global reproduzida na análise de Diamond (2015). Ainda que as transições políticas possam ocorrer do autoritarismo para a democracia ou vice-versa (O'DONNELL; SCHMITTER, 2010), as etapas graduais que indicam o fechamento dos regimes políticos ainda não foram elaboradas como aquelas para sua abertura nos anos 1980. Além disso, o *mainstream* da literatura liberal – seja neoculturalista ou neoinstitucionalista – pouco se dedica em explorar criticamente a expansão da democracia liberal como produto do Ocidente imperial, o que reforça a desconfiança pós-colonial sobre o projeto imperial que acompanha intervenções militares sob a justificativa democrática e humanitária (BALLESTRIN, 2014).

A pesquisa de Tilly (2013) procurou contribuir com essa ausência, propondo que a desdemocratização seja entendida como o oposto da democratização. Segundo o autor, “um regime é democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos tem consultas amplas,

igualitárias, protegidas, e mutuamente vinculatórias” (*Ibid.*, p. 202). Grosso modo, o movimento rumo à garantia dessa consulta sinalizaria um processo de democratização, enquanto o movimento de afastamento o seu inverso. A perspectiva teórico-analítica desenvolvida por ele considera a importância processual em uma perspectiva da sociologia histórica.

Sua definição tem a pretensão de superar a canônica proposta de Dahl em Poliarquia, uma vez que ela pressupõe apenas um conjunto mínimo e estático de instituições democráticas (e não suas variáveis contínuas), além de desconsiderar os conflitos profundos entre liberdade de expressão e autonomia associativa. Enquanto a proposta dalsiana desenvolvida originalmente nos anos setenta girou em torno de dois eixos principais para a observação da liberalização e pluralização dos regimes políticos, a competição e a inclusão políticas, Tilly (2013, p. 37) constrói três dimensões analíticas para a verificação dos processos de democratização e desdemocratização. São elas: 1) integração entre redes de confiança interpessoais e processos políticos públicos; 2) “insulamento dos processos políticos públicos em relação às principais desigualdades categóricas”, organizadoras da vida cotidiana dos cidadãos; 3) “autonomia em relação aos processos políticos públicos por parte dos principais centros de poder”, especialmente aqueles que envolvem alguma dimensão coercitiva. Para cada uma das dimensões, o aumento indica democratização e sua diminuição desdemocratização.

O movimento analítico de Tilly revela certa complexidade e heterodoxia em relação ao *mainstream* disciplinar da ciência política. A principal validade de seu esforço consiste em procurar ampliar a análise para além das instituições políticas, combinando aspectos culturais, históricos e sociais no que se refere às relações entre cidadãos e Estado. A criação de dimensões analíticas explicativas também auxilia na observação precoce de potenciais ameaças às democracias. De maneira geral, porém, o autor subestima variáveis referentes à agência, racionalidade e comportamento dos principais atores políticos e econômicos, nacionais e internacionais, que levam ao processo de subversão democrática hoje. Dada à ambição e amplitude de sua empreitada comparada histórica, a ausência da influência do mercado nesses processos, assim como do colonialismo europeu ocidental no desenvolvimento democrático em suas ex-colônias, tende a igualar as condições de partida para a democratização ou desdemocratização dos países centrais e ricos às dos países (semi)periféricos e pobres. Em outras palavras, os padrões de interação entre os Estados e os mercados, no contexto da sociedade internacional, não constituem uma questão fundamental para sua análise. Se esse tipo de dinâmica for considerado relevante para a análise dos processos democratizantes e

desdemocratizantes das sociedades em perspectiva global, as intervenções imperiais sob a justificativa de instaurar a democracia e proteger os direitos humanos em Estados considerados frágeis, também deveriam compor separadamente um cenário específico para a análise.

Levitsky e Ziblatt (2018) ofereceram uma leitura ainda menos fundamentada sobre “como as democracias morrem”, tornando-se praticamente um *best-seller* da literatura sobre a crise. Em linguagem simples fluída de raciocínios simplórios, os autores se preocuparam com o enfraquecimento da democracia estadunidense a partir da eleição de Donald Trump. Tomando uma série de exemplos historicamente anacrônicos e incomparáveis, posto que selecionados pela variável dependente “autocratas eleitos”, os autores concluíram pela importância dos partidos políticos na tarefa de recrutamento e contenção interna de *outsiders*, entendendo-os como “guardiões da democracia”. A percepção de que o isolamento de “extremistas populares [exigem] coragem política”, deriva de sua observação a respeito da insuficiência institucional e constitucional para conter potenciais ameaçadores do sistema político (*Ibid.*, p. 18-19). Nesse sentido, a importância das normas democráticas não escritas é destacada como uma espécie de sustentação invisível para a manutenção do pacto democrático. Sem sequer realizar a citação direta desse livro, Przeworski (2020, p. 217) demonstrou como a existência de limitações institucionais e constituições são insuficientes para conter o que chamou de “subversão sub-reptícia” e a formação de uma crise democrática em sociedades altamente polarizadas.

Em casos concretos de ameaça democrática, os autores destacam a importância de uma ampla coalizão democrática com adversários ideologicamente rivais. Sua narrativa, porém, revela um provincianismo estadunidense desconcertante, ao fixar a morte das democracias em 2015, ano da ascensão de Trump nas plenárias internas sequenciais para a eleição presidencial. Levitsky e Ziblatt também reforçam o discurso da superioridade da democracia norte-americana e sua influência na construção de outro discurso, aquele que transformou os Estados Unidos na maior potência mundial protetora da democracia.

Nas diferentes abordagens sobre a crise, o comportamento colonial do passado e imperial do presente é relativizado quando democracias consideradas longevas, tradicionais ou modelos são expostas em suas contradições democráticas. O comportamento externo dos Estados nacionais, dada à ideia hegemônica sobre a anarquia do ambiente internacional, não são considerados como indicativos válidos para a observação do respeito à democracia – tanto por parte do Estado interventor, quanto por parte do

Estado que sofre a intervenção. Da mesma forma, mecanismos internacionais de indução ou subversão democrática por atores públicos ou privados, intergovernamentais, governamentais ou não governamentais, não ganham a relevância que a sociedade internacional exige para o estudo das democracias hoje.

As lógicas de desterritorialização, desnacionalização e desregulamentação da economia global na ordem internacional pós-colonial, neoliberal e multipolar transformou as maneiras pelas quais a lógica da colonialidade e da imperialidade tem sido exercida e de que forma afeta o exercício da democracia (BALLESTRIN, 2017). Essa constatação torna o entendimento dos novos padrões de dominação e exploração econômica muito mais complexo e dinâmico do que no colonialismo e imperialismo clássicos. O problema da metamorfose e sofisticação colonial dificulta a identificação das práticas e a responsabilização dos atores que exercem o poder em sua especificidade colonial. Afinal, existem e existiram formas de poder, dominação e exploração que não estão necessariamente relacionadas ao colonialismo e ao imperialismo, tampouco à modernidade.

Desde os anos 1970, o capitalismo e o mundo do trabalho têm passado por transformações profundas. A financeirização do capital, a formação das megacorporações, a transnacionalização das elites empresariais, a fragilização dos sindicatos e o aparecimento do precariado são apenas alguns exemplos de mudanças estruturais relacionadas e que impactaram no relacionamento econômico entre países e nas suas dinâmicas de dependência e subordinação internas e externas. Em outras palavras, se as dinâmicas transnacionais e globais importam cada vez mais para a análise da política democrática nacional, o isolamento nacional e sua dinâmica interna deixam de ser suficientes para uma análise atenta às desigualdades pós-coloniais e seus obstáculos para a autonomia democrática, princípio reconhecido inclusive por liberais cosmopolitas (HELD, 1995). A crescente colonização da esfera econômica internacional sobre a vida política nacional fragiliza a democracia através da relativização de seus princípios de soberania, autorização, consentimento e controle populares.

Por fim, nota-se que uma característica comum da literatura sobre a crise das democracias atual é sua linguagem acessível, voltada para o grande público. Também, observa-se um desprendimento da análise política disciplinar, uma vez que as interpretações são mais amplas e abarcam questões econômicas, migratórias, supranacionais, identitárias e informacionais. Essa abertura é interessante de ser ressaltada, uma vez que a ciência política como disciplina não foi capaz de detectar os sinais e prever a crise. A defesa da

democracia liberal é observada em grande parte dessas publicações, sendo que as experiências dos países do Sul global representativos da crise contemporânea – Brasil, África do Sul, Filipinas, Índia, entre outros – não são contrastadas com a dos países do Norte ou analisadas em profundidade.

### **Desdemocratização no Sul global: a importância analítica das desigualdades pós-coloniais**

Ao longo do século XX, a literatura hegemônica da ciência política delimitou e restringiu o sentido da política e da democracia. Tratou-se de firmar a política como um domínio autônomo e específico, pouco permeável a dinâmicas estranhas ou externas. A democracia, por sua vez, deveria sempre ser pensada a partir de uma definição exclusivamente política, sendo pouco razoável a introdução de elementos exógenos que descaracterizassem a disciplina e seu campo acadêmico. Até os dias de hoje, isso significa que elementos históricos estruturais (como desigualdade e violência) ou mais conjunturais (como desemprego e analfabetismo) pouco afetaria a dinâmica e o funcionamento das democracias.

É verdade que a questão das desigualdades e da cidadania foi relativamente incorporada em algumas tentativas de ampliação das teorias da democracia e da democratização, sendo particularmente notável o esforço do falecido cientista político argentino Guillermo O'Donnell nesse sentido (cf. PNUD, 2004; TILLY, 2013, O'DONNELL, 2017). Atualmente, as desigualdades de gênero também começaram a ser incluídas na análise das democracias, seja para compreender a distribuição desigual do poder político nas democracias liberais ou para entender o caráter regressivo e agressivo da crise atual em relação à maior inclusão de diferentes perspectivas sociais (BIROLI et al., 2020). De forma semelhante, considerar a importância das desigualdades pós-coloniais pode oferecer diferentes dimensões analíticas e interpretativas para compreender os processos de desdemocratização contemporâneos.

Reconhecer a importância das desigualdades globais em um sentido pós-colonial para a análise da política democrática desafia algumas divisões e atribuições disciplinares tradicionais. A consideração exclusiva de aspectos políticos e domésticos, sejam institucionais e/ou culturais, torna-se insuficiente mediante a interação e influência de variáveis de múltiplas ordens e naturezas. Com razão, pode-se argumentar que a necessidade de sua eleição e seleção é o que viabiliza as análises e organiza a divisão do trabalho acadêmico. Mas, ao mesmo tempo, as profundas mudanças testemunhadas nas últimas décadas na

vida social requerem uma maior abertura disciplinar para diálogos e abordagens capazes de posicionar as Humanidades à altura dos desafios que lhes têm sido apresentados.

A teoria política é, sem dúvida, a subdisciplina da ciência política que mais exercita essa abertura, o que lhe garante um *status* de pluralidade e criatividade louvável (DRYZEK et. al., 2006). Na análise da crise democrática atual, é a literatura crítica feminista, neomarxista e/ou neofoucaultiana que tem inserido o neoliberalismo como principal elemento desdemocratizante no Ocidente (BROWN, 2015; 2019; FRASER, 2022). Ainda que o debate sobre a incompatibilidade entre democracia e capitalismo date o início do século XX e não seja uma novidade, o *mainstream* explicativo da ciência política tende a não considerar desigualdades que não políticas para classificação e medição dos regimes democráticos. Assim, o exercício aqui proposto entende que a teoria política que dialoga com as áreas da história e da filosofia pode inspirar àquela vinculada à ciência política.

A renovação da teoria política contemporânea a partir dos anos 1970 remete à introdução da preocupação moral e filosófica pelo liberalismo político com as desigualdades em sua versão igualitária. As questões de justiça distributiva foram assimiladas como legítimas pela democracia liberal, aspecto que justifica tanto os debates em defesa da taxa Tobin ou renda mínima na agenda internacional quanto para a problematização das desigualdades globais. Mesmo autores liberais como Robert Dahl (1998) foram capazes de observar os constrangimentos que uma economia livre de mercado gera sobre a igualdade política, base mínima para democracia. Na medida em que potencializa a desigualdade na distribuição de recursos variados – riqueza, educação, informação, direitos, entre outros –, o capitalismo de mercado estipula uma espécie de limite para a democratização das sociedades (MIGUEL, 2022; FRASER, 2022). Przeworski (2020) é quem garante que o *mainstream* disciplinar não se esqueça deste importante detalhe para a interpretação da crise. Reconhecendo a limitação que o insulamento da política e das instituições traz para a identificação da crise e sua originalidade histórica, o autor termina seu livro com a mesma humildade do Prefácio à edição brasileira: “a crise não é apenas política: tem raízes profundas na economia e na sociedade. É o que me parece mais assustador” (*Ibid.*, 2020, p. 233).

Assim, a crise atual do modelo de democracia liberal se abre a múltiplas interpretações. Ela pode ser entendida não somente como uma crise de representação, partidos e desconfiança políticas, mas também como uma crise política e estrutural de modelos históricos e experiências institucionais datados no seu tempo e espaço, incapazes de uma renovação que responda à

complexidade e à heterogeneidade das sociedades contemporâneas. Ela é uma crise mais ampla do Ocidente, do anglo-eurocentrismo, da modernidade colonial e de suas contradições mais profundas e agudas. Revela um conjunto de desequilíbrios, desalinhamentos e tensões provocados pela hegemonia do neoliberalismo como ordem econômica, racionalidade específica e teoria política (SLOBODIAN, 2018; BROWN, 2019). A disputa entre democracia e neoliberalismo também é uma disputa entre política e economia, povo (soberania popular) e elite (governo), o nacional e o global. A realidade pós-democrática está relacionada com a privatização do poder político pelo poder econômico em uma escala global, cuja principal característica consiste na interdição da democracia a partir de suas próprias instituições, discursos e práticas.

Chama a atenção o interesse crescente e tardio do Norte global sobre a disjunção entre as necessidades da economia de mercado e da política democrática provocadas pelo neoliberalismo. Especialmente após a crise econômica global de 2008, as democracias de maior intensidade começaram a experimentar um modelo incerto e desconhecido para sua realidade. A consideração do neoliberalismo como força desdemocratizante na democracia liberal passou a fazer sentido a partir do momento que os centros começaram a viver pela primeira vez os velhos dilemas das periferias globais (PÉREZ-LIÑÁN, 2017). Nelas, se a relação estabelecida entre democracia, neoliberalismo e liberalismo fosse observada com maior atenção, o debate sobre pós-democracia já poderia ter sido antecipado pela experiência latino-americana.

A condição pós-colonial teve impactos no desenvolvimento das trajetórias do liberalismo, democracia e neoliberalismo, razão pela qual o diagnóstico da pós-democracia não é universalizável. Ou seja, a autofagia liberal da economia sobre a política já esteve de alguma forma presente na fundação republicana e democrática de muitas sociedades pós-coloniais. A vulnerabilidade de suas economias dependentes, a realidade de suas desigualdades estruturais e a abrangência do fenômeno da violência não foram dadas exclusivamente por dinâmicas internas, domésticas ou nacionais. A própria construção histórica das fronteiras territoriais naqueles contextos foi submetida às relações coloniais e imperiais globais.

De acordo com Hartlyn e Valenzuela (2009), até os anos 1930 imperavam na América Latina regimes oligárquicos competitivos (democracias oligárquicas), havendo variações e pendularidade entre regimes híbridos, semidemocráticos, democráticos, autoritários – além dos longos períodos de transição política pactuada, como foi o caso brasileiro. O experimento

neoliberal foi testado pela primeira vez na América Latina no contexto de umas das ditaduras militares mais violentas da região, após o golpe contra Salvador Allende em Santiago do Chile no ano de 1973. Em outras palavras, o autoritarismo militar salvaguardou o projeto neoliberal de Augusto Pinochet, inaugurando sua experiência de forma bastante distante da democracia. Praticamente duas décadas depois, quando as democracias latino-americanas começaram a firmar as bases de sua consolidação institucional, a agenda neoliberal foi aplicada em vários países da região, impactando no aprofundamento da cidadania e na conquista de direitos sociais – e, portanto, na sua própria democratização.

Não por acaso, no início do século XXI, vários países latino-americanos elegeram governos críticos ao neoliberalismo implementado no continente nos anos 1990, originando um movimento que ficou conhecido como *left turn* ou *post-neoliberalism* (CASTAÑEDA, 2006; KALTWASSER, 2011). Pela primeira vez na história da região, as elites políticas e econômicas toleraram o acesso democrático ao poder da oposição partidária da esquerda sem lhes oferecer riscos de supressão. A eleição de vários governos de esquerda e centro-esquerda representou, assim, a última etapa simbólica para a consolidação democrática, dada sua perseguição pelas ditaduras civis-militares. Ainda que o neoliberalismo tenha sobrevivido de diferentes maneiras nesses governos, a retomada do papel do Estado foi responsável por políticas redistributivas que tiveram impactos positivos na diminuição de desigualdades pós-coloniais. Em suma, a história do neoliberalismo na América Latina antecipou sua compatibilidade com o autoritarismo e o conservadorismo através da experiência chilena; posteriormente, impactou na transição e na consolidação democrática de muitos países da região.

Justamente por isso, a crítica ao neoliberalismo tem sido gestada pela academia e pelos movimentos sociais na América Latina com bastante intensidade pelo menos desde a década de 1990. Ao mesmo tempo, experimentos e inovações em democracia participativa ocorreram em vários países, com abertura estatal e engajamento de amplos setores da sociedade civil (DAGNINO et. al. 2006). Isso demonstra que a construção democrática não é só possível nos países do Sul, como também pode ser original e criativa, inspirando desenhos e modelos no próprio Norte (OLIVEIRA, 2016). Além de ter desempenhado um papel fundamental na internacionalização da agenda da democracia participativa, a América Latina também reabilitou o princípio da descolonização, vinculando-o à uma noção de justiça. Nas duas últimas décadas, portanto, o entusiasmo com o experimentalismo democrático contrastava com a trajetória pendular das experiências democráticas na

América Latina. Esse entusiasmo, porém, encontra-se em uma curva descendente pelo menos desde o golpe parlamentar ocorrido no Paraguai em 2012. A capacidade de absorção de antagonistas e o bloqueio de projetos alternativos típicos do neoliberalismo está presente nas rupturas democráticas recentes da região, assim como esteve na esterilização da democracia participativa através da despolitização da sociedade civil no início dos anos 2000.

A heterodoxia das trajetórias do capitalismo, liberalismo, neoliberalismo e da democracia questiona o próprio experimento da democracia liberal em muitas sociedades pós-coloniais, devido ao seu alto potencial de convivência com dinâmicas antidemocráticas e antiliberais. Essa trajetória é também atravessada pela continuidade e resiliência do poder colonial, a colonialidade do poder (QUIJANO, 2000). Por suas contradições históricas, o liberalismo que se desenvolveu em muitos países periféricos e semiperiféricos, não esteve necessariamente associado à democracia. Liberalismo e autoritarismo conviveram na América Latina em grande parte do século XX, constituindo uma dinâmica pós-colonial; o continente experimentou um dos paradoxos do liberalismo desde sua fundação moderna/colonial.

Em geral, as pesquisas globais em política comparada são incapazes de incorporar elementos considerados extrapolíticos e extrainstitucionais, acarretando resultados não raro distorcidos quanto às explicações sobre a baixa adesão aos valores democráticos ou altos índices de desconfiança política no Sul global. Um conjunto de variáveis e fatores relevantes para a determinação do desenvolvimento democrático são desconsiderados em nome da rigidez disciplinar, afetando especialmente países que já combinaram autoritarismo e neoliberalismo antes do próprio aparecimento do conceito de pós-democracia. Se a proposta analítica de Robert Dahl (1997) foi importante em desvincular desenvolvimento econômico e democracia, tese que condenava o Terceiro Mundo ao autoritarismo, por outro lado sua integração ao mundo democrático pós-colonial precisaria considerar desigualdades e violências estruturais herdadas do colonialismo europeu.

A tensão pós-colonialismo e democracia liberal foi raramente explorada nas pesquisas comparadas sobre democratização, havendo apenas a referência da superação colonial formal, responsável por ampliar a sociedade internacional de Estados independentes e incrementar a terceira onda de democratização. A produção de desigualdades provocadas pelo colonialismo, contudo, não se restringe ao nível sistêmico interestatal. Dependendo do contexto, elas produziram ou intensificaram diversos tipos de violência e

exploração econômica – características do próprio colonialismo –, as quais limitaram as condições para o desenvolvimento da democracia política e autonomia dos sujeitos. Este argumento, obviamente, não pretende condenar as sociedades pós-coloniais ao autoritarismo. Pelo contrário, entende que a exposição das desigualdades que prejudicaram determinados países, nações e sujeitos originadas pelo colonialismo, devem ser incluídas na noção de “democracias realmente existentes”. Afinal, as instituições da democracia liberal não podem ser analisadas ou projetadas somente a partir das realidades que fundamentam os contextos produtores da teoria democrática. Trata-se do reconhecimento básico de que o colonialismo impactou e influenciou no desenvolvimento democrático de suas ex-colônias.

Assim, a relação entre desigualdades pós-coloniais e dinâmicas de democratização/desdemocratização contribuem para problematizar a impermanência e a provisoriedade histórica dos regimes políticos democráticos, especialmente no Sul global. A delimitação dessas desigualdades e a relação que possuem com processos de inflexão democrática não é tarefa individual e de fácil operacionalização. Muitos conceitos da crítica pós-colonial e decolonial carecem de operacionalidade analítica, sendo o mais evidente o de “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2000). Constrangimentos econômicos, violências estruturais e recorrências históricas de origem colonial persistentes nas sociedades pós-coloniais também não são auto-evidentes ou identificáveis de um ponto de vista empírico. Há, contudo, novas escalas, dimensões e padrões de interação das sociedades nacionais que afetam o funcionamento das democracias. A inserção da globalidade, das desigualdades pós-coloniais e do Sul global no mapa analítico da crise democrática se torna fundamental para a construção de interpretações e intervenções demodiversas da crise.

Os diferentes grupos que sofreram a violência colonial e suas diferentes atualizações por vezes relativizam a existência de rupturas democráticas, dada sua desconfiança com o potencial de transformação das democracias realmente existentes nas sociedades pós-coloniais. Contudo, a pendularidade da trajetória nas democracias do Sul conseguiu, em determinados momentos históricos, construir um repertório de resistência democrática fundamental para o avanço de direitos e lutas por justiça. Concebendo a democracia como um princípio indispensável para projetos pós-coloniais e decoloniais, a próxima seção explora brevemente a delicada relação entre pós-colonialismo, descolonização e democracia.

## Uma interpretação pós-colonial da crise democrática: do ceticismo à aproximação entre descolonização e democracia

Nos últimos vinte anos, as palavras “colonialismo” e “descolonização” foram reabilitadas com força, principalmente por atores da esquerda global. O emprego recorrente desses termos sugere entendimentos sobre a resiliência do poder colonial e a necessidade de superá-lo, ao ponto da ideia “descolonização” ter se tornado, teoricamente, um significante vazio (LACLAU, 1996). Empiricamente, e pelo menos desde os anos 2000, são observados movimentos por descolonização de currículos acadêmicos, epistemologias, teorias, museus de artes, homenagens históricas, narrativas literárias, cartas constitucionais, entre outros. Esses movimentos ganharam força com a intensificação das agendas igualitárias de combate ao racismo e sexismo, no contexto das políticas de identidade. Ainda que opções “pró-coloniais” sejam atualmente associadas às visões reacionárias ou pós-fascistas no contexto europeu (TRAVERSO, 2019), a crítica ao colonialismo e à colonização também pode ser observada em discursos da extrema direita global. Todavia, a reivindicação por descolonização ainda é majoritariamente associada à agenda progressista.

O ceticismo pós-colonial em relação à ideia de democracia possui elaboração importante no pensamento de Mbembe (2017). Ele observa que os Estados Unidos, país mitológico da democracia em sua concepção liberal moderna, foi um Estado e uma democracia de escravos, uma democracia racista literalmente. Para ele, as democracias modernas possuem um corpo solar e um corpo noturno; o corpo noturno oculta sua tolerância com formas de violência e brutalidade e tem nos impérios coloniais e nos estados escravagistas seus principais símbolos.

A existência de um corpo solar e um corpo noturno da democracia não permite que nela se encontre uma resposta à necropolítica, essa entendida como “uma visão da política como trabalho de morte” (*Ibid.*, p. 115) e na qual existe um direito de matar confiado à soberania. A reconstrução dos limites da política e da soberania permite que Mbembe investigue filosoficamente “as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” (*Ibid.*, p. 152). Assim, as noções de necropolítica e necropoder procuram captar a “instrumentalização generalizada da existência humana” e a “destruição material” de seus corpos (*Ibid.*, p. 111). Também, ambas descrevem os “vários modos existentes, no nosso mundo contemporâneo, de distribuição de armas, com o objetivo da máxima destruição de pessoas e da criação de *mundos de morte*, modos novos e únicos de existências social, nos quais vastas populações

estão sujeitas a condições de vida muito próximas do estatuto de *mortos-vivos*” (*Ibid.*, p. 152, grifos do autor).

Contar uma contra-história da democracia liberal envolve questionar as fundações e mitos de origem da democracia e do liberalismo, associando-a ao horror colonial. Isso por que democracias e liberalismos realmente existentes foram desde o princípio seletivos e parciais em suas transposições ou nascimentos transatlânticos. O desenvolvimento de instituições democráticas e liberais nas metrópoles pôde conviver com o desenvolvimento simultâneo de instituições antidemocráticas e antiliberais nas colônias suportadas pela escravidão. A tradição violenta do colonialismo expõe não somente a destruição de vidas e subjetividades de modo atemporal, imensurável e irreparável, como também as histórias paralelas e entrelaçadas que o permitiram funcionar como um sistema que originou a atual sociedade internacionais de Estados.

Como fenômenos políticos e históricos, assim, liberalismo e democracia puderam conviver no interior de determinadas ex-metrópoles, gerando uma sorte de “democracias liberais imperiais” (STOVALL, 2013). Por sua vez, o desenvolvimento das democracias liberais em grande parte das ex-colônias encontra obstáculos relacionados ao histórico da violência colonial e à formação de desigualdades estruturais. Esse entendimento fundamenta as críticas à capacidade de igualdade que a democracia liberal pode proporcionar e atingir nas sociedades pós-coloniais. E é assim, a tensão entre colonialismo, liberalismo e democracia tem sido cada vez mais identificada e trabalhada pelo revisionismo pós-colonial.<sup>5</sup>

De modo geral, uma leitura pós-colonial da democracia liberal adverte para a constante presença da violência no seu cenário de possibilidade e desconstruir o mito da paz democrática, aquele segundo o qual duas democracias nunca guerream entre si. Possibilita questionar sobre o significado da expressão de soberania popular no passado e no presente, assim como o sujeito democrático que foi privilegiado na história e nas teorias da democracia. A elaboração de uma crítica pós-colonial da democracia liberal desorganiza a história da evolução democrática no Ocidente tanto para ex-metrópoles, quanto para ex-colônias. É nessa desorganização, contudo, que a

---

<sup>5</sup> Do ponto de vista historiográfico, o revisionismo não necessariamente implica em negacionismo, relativismo ou falsificacionismo, sendo uma atividade que requer engajamento público de uma determinada comunidade epistêmica e científica. O pós-colonialismo recorre a todo momento ao revisionismo histórico, de modo a oferecer uma “contra-história” ou uma “história a contrapelo” de um determinado fenômeno, processo, evento ou corrente teórica – sobretudo, aqueles originados ou marcados pela história do colonialismo e do imperialismo modernos, ou por suas contradições (HUGANN, 2013).

teoria democrática pode ser reconstruída e não rejeitada como simples produto moderno ocidental. Projetos democráticos e não violentos são compatíveis com o questionamento da violência colonial e suas heranças, em busca de justiça e reparação. Fora da democracia, esse questionamento não parece ser possível.

Visões anticoloniais, pós-coloniais e decoloniais suspeitam da democracia pelas mais diferentes razões: sua vinculação com a modernidade ocidental; sua utilização para fins neocoloniais e neoimperiais; sua coexistência com o racismo e a escravidão, dentro ou fora do território nacional; seu enquadramento nacional e dependência do Estado-nação, cujas formações históricas não podem ser explicadas sem o colonialismo, o neocolonialismo e o colonialismo interno. Contudo, isso não resume a democracia e não é o suficiente para rejeitá-la como princípio normativo para a construção da ordem política. Isso porque tanto a descolonização quanto a democracia são projetos conflitivos, incompletos, disputados (significantes vazios). É nesse espaço que ambos podem encontrar, através da crítica ao neoliberalismo e à necropolítica, o alargamento de seus horizontes. Se colonialismo e autoritarismo são duas faces da mesma moeda, descolonização e democracia também podem o ser, de modo a não ser autorizado a convivência entre democracia e colonialismo. Se a dimensão democrática é antítese do fascismo por excelência, ela também precisa ser a antítese do colonialismo.

O colonialismo e a democracia liberal são objetos de análise por excelência das teorias pós-colonial e democrática, sendo a primeira marcada pela sua vocação crítica ao colonialismo e a segunda pela defesa de diferentes modelos de democracia. Assim, o pós-colonialismo não foi capaz de sustentar uma perspectiva pós-colonial de democracia, assim como a teoria democrática não foi capaz de sustentar uma perspectiva democrática pós-colonial (BALLESTRIN, 2014). O encontro entre descolonização e democracia é uma possibilidade poderosa para promover uma agenda colaborativa, construtiva e complementar entre as teorias pós-coloniais e democráticas, ambas carentes de atualização. A atualização do projeto democrático não pode ser imaginada sem o engajamento das sociedades pós-coloniais e suas democracias liberais realmente existentes. Em contrapartida, a atualização do projeto de descolonização não pode ser vislumbrada sem o horizonte democrático, visto que o lugar da democracia nos estudos anticoloniais e pós-coloniais não foi um lugar central por razões contingencialmente históricas. Uma dessas razões encontram lugar no discurso anticolonial revolucionário dos anos 1960 e no repertório da violência política, com os movimentos de independência e libertação nacional terceiro-mundistas.

No contexto atual, acredita-se que a realização de um diálogo mutuamente construtivo entre as teorias pós-colonial e democrática poderia ser capaz de fortalecer normativamente ambas as teorias: tanto pelo fato de que não está claramente dado o compromisso que o pós-colonialismo possui com o projeto democrático, quanto pelo fato de que as teorias das democracias ainda não foram capazes de enfrentar a diferença colonial e as desigualdades pós-coloniais. Desta maneira, o confronto entre os princípios normativos de ambos os conjuntos teóricos permitiria a exposição de suas potencialidades e limites para o enfrentamento das desigualdades, ampliação da justiça e fortalecimento do projeto democrático. É na crise do deslocamento entre democracia e liberalismo que justamente se abre possibilidades para a incorporação e o reconhecimento de outras formas democráticas que não exclusivamente liberal. As diferenças, desigualdades e identidades pós-coloniais implicam em inserir o colonialismo no esquema de justiça pós-westfaliana da redistribuição, reconhecimento e representação (FRASER, 2009).

A aposta na criação de novos modelos e instituições não somente precisam ser baseadas na ideia de demodiversidade normativamente falando, como também em uma profunda reflexão a respeito dos valores indispensáveis e indissociáveis as instituições, práticas e vida democrática. A seletividade e parcialidade desses valores mostraram sinais de esgotamento, podendo ser recriados a partir de esforços muito difíceis, mas não completamente impossíveis. Esses modelos precisariam pensar além do insulamento da política e de suas instituições, simplesmente porque as rupturas não se dão exclusivamente dentro delas. Em suma, torna-se cada vez mais relevante a necessidade de ampliar o repertório democrático para além da institucionalidade mínima da democracia política. Questões relacionais com a desigualdade, violência, justiça e inclusão pós-coloniais parecem ser fundamentais para pensar os processos de desdemocratização nas democracias do Sul, pois essas dinâmicas informam comportamentos que calculam pelo pouco prejuízo de ruptura com os pactos mínimos de tolerância democrática.

Finalmente, a crise abre uma oportunidade para repensar as relações entre pós-colonialismo, democracia, liberalismo e descolonização. Compreender os processos de desdemocratização em determinados países do Sul global implica em considerar como a colonialidade do poder tem afetado a realização democrática. É importante construir, assim, dimensões do processo de desdemocratização em contextos democráticos que acomodaram altos níveis de desigualdades materiais e tipos de violência. Para dar um exemplo concreto, no processo de desdemocratização brasileiro interrompido com o resultado das eleições presidenciais de 2022, os níveis de fome, pobreza,

desigualdade e desemprego aumentaram, assim como a violência contra as mulheres, comunidades indígenas e áreas ambientais preservadas. Nenhum desses problemas sociais são exclusivos das sociedades do Sul global, mas demonstram a relação e importância que o projeto democrático possui para a abertura de espaços e compromissos em defesa da vida, dignidade e direitos. O autoritarismo e o fascismo guardam relação com o colonialismo, de modo que a democracia é o princípio que permite confrontá-los em um caminho da não violência.

### **Considerações Finais**

A confluência de diferentes crises intensificadas pela pandemia desafia as Humanidades como um todo, área do conhecimento especialmente atacada pela crise democrática. No debate atual sobre a crise das democracias, a principal questão colocada é como as instituições democráticas têm sido capazes de promover resultados antidemocráticos, preservando seu aspecto formal e neutralizando qualquer resquício de soberania popular. A gestão, acomodação e reprodução do autoritarismo no interior do modelo liberal da democracia representativa estão relacionadas aos seus limites, contradições e conflitos mais profundos, fragilizando a narrativa democrática hegemônica construída desde os anos 1990.

Esse artigo procurou argumentar o quanto a ausência do Sul global impacta no diagnóstico global da crise das democracias pela literatura recente, o que revela a reprodução de um anglo-eurocentrismo metodológico e de um liberalismo normativo limitado e parcial. Sugeriu-se então que o processamento do binômio democracia e desigualdades globais em chave pós-colonial pode ampliar o repertório explicativo, analítico ou interpretativo dos processos de subversão democrática das democracias, tanto no Sul quanto no Norte.

Entendeu-se, portanto, que a consideração da dimensão da globalidade desde uma perspectiva crítica permite inserir a problemática das desigualdades pós-coloniais na análise dos processos de democratização e desdemocratização. Pensar a questão da democracia em termos globais implica reconhecer a importância da dinâmicas Norte-Sul e as especificidades do Sul nesse contexto, em termos de seus constrangimentos e contribuições para a democratização. A compreensão dos paradoxos conceituais, experiências históricas e especificidades contextuais colocadas pelas sociedades pós-coloniais são fundamentais para complexificar a teoria política democrática.

Geopolitizar o debate sobre democratização e desdemocratização nas sociedades pós-coloniais exige o reconhecimento do anglo-eurocentrismo e o liberalismo em parte substantiva das teorias da democracia e da desdemocratização, além da consideração da ampliação das bases constitutivas da democracia e da política para além de suas instituições tradicionais. Um projeto democrático sensível também a variáveis exógenas ao campo político e institucional requer a ampliação de horizontes interpretativos e normativos que considerem as variações e dinâmicas desdemocratizantes antecipadas por alguns países do Sul.

A introdução da dinâmica conflitiva em um nível geopolítico nas teorias da crise democrática possui uma função analítica – incorporação da globalidade pós-colonial e suas desigualdades – e outra teórica – politização da teoria. Nesse sentido, o termo desdemocratização pode se revelar operacionalmente menos comprometido com o anglo-eurocentrismo que orienta muitas dessas teorias, identificando especificidades pós-coloniais em um enquadramento das desigualdades globais. Ao mesmo tempo, descolonização e democracia podem ser princípios complementares – e não mais antagônicos – em um sentido teórico-normativo. É assim que o princípio da descolonização democrática politiza o direito e a defesa da vida em uma perspectiva não liberal, assunto para uma outra discussão.

## Referências

- AMELINA, A.; BOATCĂ, M.; BONGAERTS, G.; WEIB, A. “Theorizing societalization across-borders: Globality, transnationality, poscoloniality”. In: *Current Sociology*, 2021, Vol. 69(3), p. 303-314.
- AVRITZER, L. *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.
- BADIE, B.; HERMET, G. *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BALLESTRIN, L. “Coloniality and democracy”. In: *Revista de Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, 2014.
- \_\_\_\_\_. “Imperialidade democrática como injustiça global: problemas para a democracia e a justiça no século XXI”. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (Orgs.). *Encruzilhadas da democracia*. Porto Alegre: Zouk, 2017.
- \_\_\_\_\_. “O debate pós-democrático no século XXI”. In: *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, vol. 4, n. 2, p. 149-164, 2018.

- BOATCĂ, M. “Desigualdades globais: filiações teóricas e críticas radicais”. In: *Caderno CRH*, Salvador, vol. 35, 2022.
- BIROLI, F.; MACHADO, M. das D. C.; VAGGIONE, J. M. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BROWN, W. *Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CASTAÑEDA, J. “Latin America’s Left Turn”. In: *Foreign Affairs*, vol. 85, n. 3, 2006, p. 28-43.
- CASTELLS, M. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DADOS, N.; CONNELL, R. “The Global South”. In: *Contexts*, vol. 11, n. 1, 2012, p. 12-13.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (Orgs). *A Disputa pela Construção Democrática na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- \_\_\_\_\_. *On democracy*. Yale: Yale University Press, 1998.
- DIAMOND, L. “Facing up to the democratic recession”. In: *Journal of Democracy*, vol. 26, n.1, January 2015.
- DRYZEK, J.; HONIG, B.; PHILLIPS, A. (Eds). Introduction. *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- FRASER, N. *Scales of Justice: reimagining political space in a globalizing world*. New York: Columbia University Press, 2010.
- \_\_\_\_\_. “Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson”. In: GEISELBERGER, H. (Org). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Cannibal capitalism: how our system is devouring democracy, care, and the planet – and what we can do about it*. London/New York: Verso, 2022.
- GEISELBERGER, H. (Org). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
- HARTLYN, J.; VALENZUELA, A. “A democracia na América Latina após-1930”. In: BETHELL, L. (Org.). *História da América Latina*, Vol. VII: *A América Latina após 1930: Estado e Política*. São Paulo: Edusp, 2009.
- HELD, D. *Democracy and the Global Order: from the modern state to cosmopolitan governance*. Stanford University Press, 1995.

- HUGGAN, G. (Ed). *The Oxford Handbook of Postcolonial Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- HUNTINGTON, S. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Editora Francis, 2009.
- KALTWASSER, C. R. “Toward Post-neoliberalism in Latin America?”. In: *Latin American Research Review*, vol. 46, n. 2, 2011, p. 225-234.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- LACLAU, E. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MAINWARING, S.; BRINKS, D.; PÉREZ-LIÑÁN, A. “Classificando regimes políticos da América Latina (1945-1999)”. In: *Dados Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 44, n. 4, 2001.
- MACHADO, F. T. M.; BALLESTRIN, L.; MENDONÇA, R. F. (Orgs). *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.
- MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.
- MIGUEL, L. F. *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- MOUNK, Y. *O povo contra a democracia: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MUDDE, C. *La ultraderecha hoy*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2021.
- O'DONNELL, G. *Dissonâncias: críticas democráticas à democracia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.
- \_\_\_\_\_; SCHMITTER, P. *Transiciones desde un gobierno autoritario*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.
- OLIVEIRA, O. P. de. “Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos”. In: *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, n. 2, 2016.
- PEREZ-LIÑAN. “¿Podrá la democracia sobrevivir al siglo XXI?”. In: *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 267, Enero-Febrero 2017. Disponível em: <<http://nuso.org/revista/267/el-fantasma-del-populismo/>> Acesso em Abril de 2017.
- PERSRAM, N. (Ed). *Postcolonialism and Political Theory*. Lanham, MD: Lexington Books, 2008.

- PORTA, D. d. “Política progressiva e regressiva no neoliberalismo tardio”. In: GEISELBERGER, H. (Org). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
- PNUD, *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos*. 2004. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pn000012.pdf>>. Acesso em Setembro de 2018.
- PRZEWORSKI, A. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- QUIJANO, A. “Colonialidad del Poder y Clasificación Social”. In: *Journal of World-Systems Research*, vol. XI, n. 2, 2000, p. 342-386.
- RUNCIMAN, D. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.
- SANTOS, W. G. dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- SLOBODIAN, Q. *Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalism*. Massachusetts: Harvard University Press, 2018.
- STANLEY, J. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: LPM, 2018.
- STOVALL, T. “Empires of Democracy”. In: *The Oxford Handbook of Postcolonial Studies*. HUGGAN, G. (Ed). Oxford: Oxford University Press, 2013.
- TILLY, C. *Democracia*. Porto Alegre: Vozes, 2013.
- TRAVERSO, E. *The new faces of fascism: populism and far right*. London: Verso, 2019.
- V-DEM INSTITUTE. *Democracy Report 2022: Autocratization changing nature?* 2022. Disponível em: <[https://v-dem.net/documents/19/dr\\_2022\\_ipyOpLP.pdf](https://v-dem.net/documents/19/dr_2022_ipyOpLP.pdf)>. Acesso em 15 Novembro de 2022.
- WHITE, S.; MOON, J. D. *What is Political Theory?* London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2004.

Email: [luciana.ballestrin@ufpel.edu.br](mailto:luciana.ballestrin@ufpel.edu.br)